



PARECER PRÉVIO Nº 50/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10018/2012.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Japurá
- 4- **Exercício:** 2011
- 5- **Responsável:** Raimundo Guedes dos Santos (Prefeito Municipal)
- 6- **Advogado:** Egidio Gomes de Queiroz Neto
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2226/2018-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. . Prefeitura Municipal de Japurá. Exercício de 2011.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das contas da Prefeitura Municipal de Japurá, sob a responsabilidade do Sr. Raimundo Guedes dos Santos, Prefeito e Ordenador de Despesas, exercício 2011, nos termos do §5º do art. 127 da CE/89, c/c o inciso I do art. 18 da LC n. 6/91, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais e de dano ao erário, conforme as irregularidades 1 a 8, 10, 21, 23, 24, 26, 27, 29, 32, 33, 33.1, 34.3, 34.4, 34.7, e 36 do Relatório da DICAMI nº 65/2012 (fls. 1188-1.233) e nº 102/2013 (fls. 1.369-1.375) e dos fatos do Relatório Conclusivo da DEAMB nº informação nº 05/2014 (fls. 1396-1400), Informação nº 17/2016 (fls. 1882-1890) e Informação nº 45/2018 (fls. 1959-1962).

- 11- **Ata:** 39ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.



PARECER PRÉVIO Nº 50/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

12- Data da Sessão: 12 de Novembro de 2018

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ALIPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ERICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

JOSUE CLAUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR
Conselheiro

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

JOAO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 50/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 50/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 10018/2012.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Japurá
- 4- **Exercício:** 2011
- 5- **Responsável:** Raimundo Guedes dos Santos (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Egidio Gomes de Queiroz Neto
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2226/2018-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. . Prefeitura Municipal de Japurá. Exercício de 2011.

Irregularidade. Alcance. Multa. Inabilitado. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Japurá, sob a responsabilidade do Sr.Raimundo Guedes dos Santos, Prefeito e Ordenador de Despesas, referente ao exercício 2011, nos termos do inciso I do art. 1º, das alíneas “b” e “c” do inciso III do art. 22 e do parágrafo único do art. 25, todos da Lei nº 2.423/96, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais e de dano ao erário, conforme as irregularidades de 1 a 8, 10, 21, 23, 24, 26, 27, 29, 32, 33, 33.1, 34.3, 34.4, 34.7, e 36 do Relatório da DICAMI nº 65/2012 (fls. 1188-1.233) e nº 102/2013 (fls. 1.369-1.375) e dos fatos do Relatório Conclusivo do DEAMB, conforme Informação nº 05/2014 (fls. 1396-1400), Informação nº 17/2016 (fls. 1882-1890) e Informação nº 45/2018 (fls. 1959-1962).
- 10.2. **Considerar em Alcance** o Sr(a). Raimundo Guedes dos Santos, Prefeito e Ordenador de Despesas da Prefeitura Municipal de Japurá, exercício 2011, e de forma solidária o Sr. Wildison Gama Tavares, ex-Secretário do Meio Ambiente do Município de Japurá , no



ACÓRDÃO Nº 50/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 50/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

valor de 1.075.735,00 que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Japurá, nos termos da segunda parte do inciso I do art. 304 do RI-TCE/AM, em virtude de pagamentos realizados na conta corrente 0551804-0 - Agência 3743-5 – Bradesco (Tefé-AM) na qual se controlava recebimentos e pagamentos da secretaria do meio ambiente, mas sem a identificação dos serviços e materiais adquiridos.

- 10.3. Aplicar Multa** ao Sr(a). Raimundo Guedes dos Santos, Prefeito e Ordenador de Despesas da Prefeitura Municipal de Japurá, exercício 2011, **no valor de 32.267,08 (trinta e dois mil duzentos e sessenta e sete reais e oito centavos)**, nos termos do inciso VI do art. 308 da Resolução 4/2002 - RITCE/AM (à época descrito como artigo V no referido regimento), em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais, itens de 1 a 8, 10, 21, 23, 24, 26, 27, 29, 32, 33, 33.1, 34.3, 34.4, 34.7, e 36 do Relatório da DICAMI nº 65/2012 (fls. 1188-1.233) e nº 102/2013 (fls. 1.369-1.375) e dos fatos do Relatório Conclusivo da DEAMB nº informação nº 05/2014 (fls. 1396-1400), Informação 17/2016 (fls. 1882-1890) e Informação nº 45/2018 (fls. 1959-1962), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.
- 10.4. Inabilitar** o Sr. Raimundo Guedes dos Santos por 05 (cinco) anos para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança dos órgãos da administração estadual.
- 10.5. Determinar** A Secretaria do Tribunal Pleno:
- 15-**remeter os autos à Dicrex para que efetue os procedimentos previstos no art. 3º da Resolução 3/2011-TCE, observado o disposto no art. 5º da mesma Resolução;
 - 16-**remeter cópia do Relatório da DICAMI nº 65/2012 (fls. 1188-1233) e nº 102/2013 (fls. 1369-1375) e dos fatos do Relatório Conclusivo da DEAMB Informação nº 05/2014 (fls. 1396-1400), Informação nº 17/2016 (fls. 1882-1890) e Informação nº 45/2018 (fls. 1959-1962),



ACÓRDÃO Nº 50/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 50/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

do Parecer Ministerial Parecer nº 2226/2018-MPC-MP-FCVM (fls. 1963-1972), desta Proposta de Voto ao Ministério Público Estadual para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis, conforme previsto na alínea “b” do inciso III do art. 190 da Resolução nº 4/2002 (RITCE/AM);

10.6. Determinar à Origem, nos termos do art. 188, §2º do Regimento Interno/TCE-AM, que:

- 17-** Tome as medidas de cobranças necessárias para o ressarcimento dos valores da dívida ativa não tributária proveniente da prática de improbidade administrativa.
- 18-** Regularize o saldo da conta de créditos em circulação do Poder Legislativo (R\$ 2.049.042,76) e Poder Executivo (R\$ 10.380.081,72).
- 19-** Implante o Controle Interno que possibilite a execução de Auditoria Prévia dos Atos Administrativos praticados em cada exercício, conforme estabelecem os artigos 31 e 74, da Carta Maior de 1988, c/c o artigo 45, da Lei nº 2423/96 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas).
- 20-** Procedimentos de parametrização e conciliação entre as entradas e saídas dos materiais de estoques e incorporação e desincorporação de bens com o sistema de registro contábil, afim de atender o disposto nos art. 63 e 104 da Lei 4320/64.
- 21-** Não atrase o envio das informações ao sistema ACP, bem como o seu adequado preenchimento, nos termos da Resolução nº 07/02-TCE, c/c Resolução nº 10/2012-TCE/AM.
- 22-** Encaminhe no prazo estipulado os Relatórios de Gestão Fiscal e os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária, nos termos da alínea “h” do inciso II do art. 32 da Lei nº 2423/96 e do §1º da Resolução nº 11/2009 c/c §3º do art. 165 da CF/88.
- 23-** Dê publicidade aos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) e Resumidos da Execução Orçamentária (RREO), dentro dos prazos estipulados pelo art. 52, c/c o §2º do art. 55, sob pena de multa por prática de infração administrativa (art. 5º da Lei 10.028/2000), quanto aos RGF.
- 24-** Nas licitações e contratos, observe todas as regras estipuladas pela Lei federal nº 8.666/93, tais como as relacionadas ao: orçamento analítico (art. 6º, IX, “f” c/c art. 7º, § 2º, II da Lei federal nº 8666/93), projetos arquitetônicos (art. 6º, IX, “e” c/c art. 40, § 2º, I da Lei federal nº 8.666/93), diário de obra ou documento equivalente (art. 67, §1º da Lei federal nº 8.666/93), laudo de vistoria (art. 67, § 1º da Lei federal nº 8666/93), projeto básico aprovado pela autoridade competente (art. 6º, IX c/c art. 7º, § 2º, I, II, III, IV da Lei federal nº 8666/93), entre outras
- 25-** Atenda ao estabelecido no art. 45 da Constituição Estadual c/c art.



ACÓRDÃO Nº 50/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 50/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

43 da Lei nº 2.423/96 que prever Criação de Controle Interno no âmbito Municipal.

26- Cumpra os art. 48 e 48-A da Lei Complementar n.º 101/2000, alterada pela Lei Complementar 131/2009 c/c inciso II, art. 34 da Lei 2.423/96 que estabelece a obrigatoriedade de observância dos instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso.

27- Observe, por último, que a reincidência, nas próximas Prestações de Contas, das determinações ora veiculadas acarretará o julgamento da Irregularidade da respectiva Conta, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM.

11- Ata: 39ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 12 de Novembro de 2018

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público: Dra. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ALIPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

JOAO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral